



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567707 - MS (2020/0071940-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : MARIO AUGUSTO GARCIA AZUAGA
ADVOGADO : MÁRIO AUGUSTO GARCIA AZUAGA - MS017313
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ROBSON CHAVES DE BRITO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Robson Chaves de Brito** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 1400910-37.2020.8.12.0000), mantendo decisão do Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande/MS que, nos autos da Ação Penal n. 0001715-69.2020.8.12.0001, indeferiu pedido de extensão dos efeitos da decisão que concedeu liberdade provisória a corréu, mantendo a segregação cautelar imposta ao paciente.

Alega o impetrante, em síntese, que *no caso concreto, não há nos autos nenhum indício de que o paciente integre alguma organização ou grupo criminoso, coagiu testemunha, destruiu provas ou oferece risco às investigações* (fl. 22).

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja revogada a prisão preventiva ou concedida *liberdade provisória com aplicações de medidas cautelares diversas da prisão, podendo ser até de tornozeleira eletrônica expedindo-se, para tanto, o devido ALVARÁ DE SOLTURA* (fl. 27).

É o relatório.

Não me convenci do alegado constrangimento.

No caso, o Magistrado singular, corroborado pelo Tribunal de origem, logrou demonstrar a necessidade de manutenção da prisão cautelar do paciente, uma vez que ele *possui condenações já transitadas em julgado pelo crime de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo, o que pressupõe periculosidade de chances concretas voltar a delinquir, se posto em liberdade* (fls. 52/53).

Em face do exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator